

IPÉ

Fundação Cuidar o Futuro



Prof. José Pinto Correia

Casa

31.72.23

Conta Plóvio

77.90.85/6

Fundação Cuidar o Futuro



Neste momento tenho a redobrada consciência de que a Nova Ordem Económica Internacional não é ainda um adquirido mas sim um processo em curso. Para isso contribui o facto de ter que falar hoje na sequência de duas personalidades de renome internacional, o que me reduz à minha própria escala e me leva a apresentar tudo aquilo que tenho a dizer mais na forma de hipótese do que de tese acabada. Também não é indiferente para mim o facto de esta sessão estar a ser moderada pelo Engenheiro Portela com quem, durante longos anos de trabalho na CUF, ganhei o gosto de tentar procurar uma interpretação da Vida, da História, da Ciência, da Técnica e da vida dos homens em sociedade de forma unificada.

Ontem abriram-se várias pistas de muita importância. Pistas que são simultaneamente do registo internacional das relações entre os Estados e da procura própria a cada sociedade. Elas permitem perspectivar adequadamente a realidade nacional sem que tenhamos, por essa razão, que nos deter exclusivamente sobre ela. Das questões ontem postas, o filtro subjectivo que é o meu, reteve cinco linhas fundamentais que enunciarei como princípios axiomáticos para mim.

I - Tanto o Presidente Echeverría como o Dr. Najman se referiram abundantemente às relações existentes entre Estados em perspectivas diferentes e complementares. Perante a grande maioria da humanidade desprovida de condições de subsistência e de acesso aos bens elementares, a Nova Ordem Económica Internacional aparece não apenas como uma resolução (entre centenas) da Assembleia Geral das Nações Unidas, mas com o carácter imperativo de uma obrigação da consciência dos Estados e dos indivíduos. Em termos democráticos, uma vez votada uma resolução, os Estados têm a obrigação de a pôr em execução. No nosso caso, entretidos que estávamos com a nossa Revolução, não nos demos conta da Assembleia Extraordinária das Nações Unidas de 1974 e passou, por isso, naturalmente despercebido o facto de termos votado favora-



velmente essa resolução.

*quantitativo*

Esta decisão relativa à Nova Ordem Económica Internacional leva-nos a um grau novo, a um patamar diferente de exigência e de solidariedade. A violência verbal, o carácter reivindicativo dos países do hemisfério sul, ontem aqui assinalados, produzirão, em termos de relações internacionais, aquilo a que podemos chamar um salto qualitativo. Lançaram-nos de chofre para um novo conjunto de valores, exigindo um novo conjunto de sistemas de troca que não podemos ignorar.

Um aspecto fundamental dessa exigência encontra-se na forma como temos que assumir hoje, enquanto Estados - e no seio de cada Estado - a reivindicação implícita na Nova Ordem Económica Internacional. Trata-se de uma reivindicação que mesmo em termos de uma relação entre Estados, não faz senão dignificar aquela que a formula. Trata-se de uma exigência que vai desde o rigor posto na determinação das condições de utilização de financiamento transnacional - rigor esse que não permite desvios - e exige uma formulação adequada no interior de cada sociedade e vai até à inatacável liberdade de instaurarmos dentro de cada sociedade a nossa própria rede de comunicação com quem entendermos.

Nessa nova ordem de relações, estabelecem-se, é certo, relações privilegiadas. No entanto, elas são determinadas em cada momento, não só por um passado histórico, mas também pela interpretação da relação de forças em cada momento (daí que para uma sociedade como a nossa, por exemplo, não faça muito sentido falarmos exclusivamente em termos de "países amigos").



Em cada momento há correlações de forças, há convergências de vectores, há aspirações comuns. Trazendo aqui a minha experiência dos últimos três anos, verifico que essa convergência, ora se produz com um grupo de nações, ora com outro - nunca é estática. Mesmo em problemas "quentes" do mundo contemporâneo, essa convergência está constantemente a ser afectada por um leque de factores que intervêm na forma de colaboração entre os povos.

Exigência, por um lado, mas solidariedade, por outro. Solidariedade na situação que podemos chamar de "país (expressão que há já muitos anos eu própria gostava de utilizar). Não digo "em transição", digo "em trânsito" no sentido de que é um país a esvaziar-se de um tempo passado e a adentrar-se num tempo futuro. Passado que não o é suficientemente para o podermos analisar com rigor e futuro que tem todas as indeterminações que o fazem permanecer aberto. (Foi esse em parte o sentido da resposta que o Presidente Echeverría deu ontem a várias perguntas que tentavam situar o nosso país em relação aos outros: assumindo, a um tempo, as condições de país do hemisfério sul, pelas semelhanças conjunturais do grau de desenvolvimento sócio-económico e as condições de países industrializados pela interiorização de valores, de modelos, de aspirações, que a possibilidade de convivência com esses países e também já a longa história das instituições nacionais necessariamente gerou.) O primeiro ponto é, portanto, que esta Nova Ordem Económica Internacional tem um carácter imperativo de que decorre a exigência e a solidariedade.



II - A crise económica que o mundo vive desde há uns tempos é um elemento de possível variável e que, por isso, era securizante pois essa variável pode mudar se fizermos intervir outros elementos no processo. A médio prazo contudo, existe uma transformação de variável a parâmetro. A apoiar a crise que nos indicam como constante, temos elementos estruturais que a tornam hoje uma situação estável. Não me admira, por isso, que seja nos domínios que fundamentam a economia, ou que nela se exprimem, que incidam os grandes objectivos da Nova Ordem Económica Internacional. Perante uma situação de estabilidade constante, paramétrica, é inevitável que a tentativa de equacionar de outra forma as relações entre os Estados, incida primariamente sobre aquilo que é directamente acessível aos povos e que é a coordenada ou o parâmetro económico.

III - A Nova Ordem Económica Internacional implica a existência de um novo sistema "eco-político", ou seja, um novo conjunto ambiental de condições, de postulados e de práticas políticas. Não chegam as coordenadas herdadas nem os modelos existentes pois acabam todos por ser de tal forma levados à parede pelo gigantismo da crise económica com o seu carácter fatal e permanente, que tudo o que conhecemos como postulados e práticas políticas se apresenta hoje eivado de um enorme ponto de interrogação.

Ficou claramente afirmado que não está em causa apenas a acomodação dos termos das trocas entre Estados, mas sim as próprias premissas em que essas trocas assentam. Não vamos ter a ingenuidade de pensar que essas premissas apenas afectariam a economia. Como em qualquer corpo social, tudo está inter-ligado e não parece possível imaginar condições que deixassem a economia em vaso fechado, seguindo a sua própria evolução. A serem definidas, essas premissas empresta-

rão também novas representações mentais, novas práticas e novas soluções ao universo político e social que conhecemos no hemisfério norte ou sul, leste ou oeste. Embora este aspecto não tenha sido afirmado de maneira frontal, ele está, em meu entender, subjacente a tudo o que foi dito.



Fundação Cuidar o Futuro